

Sob denúncia de troca de votos por emendas, Alesp aprova **PLC 26** em noite de ataques aos serviços públicos e ao funcionalismo

Veja quem são os 50 fantoches de Doria

Após duas semanas de mobilização do funcionalismo estadual, que conseguiu breçar a aprovação do projeto de lei complementar (PLC) 26 na Assembleia Legislativa, a base governista deu o bote final na noite de 19/10. Sob denúncias de distribuição de emendas em troca de votos, a Alesp aprovou, por 50 a 29, a minirreforma administrativa desejada pelo governador Doria.

As entidades que compõem o Fórum das Seis participaram ativamente das mobilizações presenciais e virtuais contra o projeto desde que foi protocolado, em 5/8, em regime de urgência. Elas atuaram organizadas na **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público**, que reúne cerca de 80 sindicatos e movimentos representativos do funcionalismo.

O PLC 26/2021 confisca uma série de direitos e dificulta bastante o usufruto de outros. Disciplina e amplia as contratações temporárias, retira a correção anual do adicional de insalubridade pelo IPC e o extingue durante o gozo de licença-prêmio, restringe e dificulta o acesso ao abono de permanência, entre outros, como mostra intertítulo ao lado.

Parlamentares de joelhos

O deputado Campos Machado (Avante), opositor ao projeto, acusou os/as parlamentares que somaram fileiras com os ataques de Doria. “Arrastaram-se de joelhos sob os pés do governador para pedir emendas voltadas a seus redutos eleitorais em troca de apoio ao PLC 26”, disse na tribuna.



“O funcionalismo deve denunciar os deputados traidores do povo, que votaram sim ao perverso projeto de Doria, que prejudica e ataca os direitos dos servidores públicos do estado”, conclamou o deputado Carlos Giannazi (PSOL).

Márcia Lia e Emídio de Souza, do PT, ressaltaram o grande prejuízo à população com a ampliação das contratações temporárias e apontaram a hipocrisia de deputados/as que fazem homenagens públicas a médicos/as, enfermeiros/as, professores/as enquanto os atacam na Alesp.

Já o deputado Caio França (PSB) criticou a criação do programa de Bonificação por Resultados para os setores onde ainda não existe (*Nota da redação: esta medida não se aplica às universidades*). “Apresentam a medida como se fosse positiva, mas na verdade é um retrocesso, pois o bônus não resolve a defasagem salarial e, além disso, será dado a critério dos secretários de estado, o que poderá ferir princípios basilares da administração pública, como o da impessoalidade.”

Os principais prejuízos aprovados

Com a aprovação do PLC 26/2021, alguns direitos do funcionalismo são confiscados e outros passam a vigorar sob critérios rígidos. Estas são as principais mudanças:

- O PLC 26 estende a Bonificação de Resultados, baseada em produtividade, a vários setores do serviço público paulista (as universidades estaduais ficam de fora, devido à autonomia administrativa e de gestão);

- Disciplina a contratação de temporários;
- Extingue as faltas abonadas;
- Acaba com a correção anual pelo IPC do adicional de insalubridade;
- Acaba com o pagamento de insalubridade nas licenças-prêmio;
- Revoga o pagamento das licenças-prêmio na aposentadoria e falecimento;
- Estabelece novos critérios (mais rígidos) e menores valores para a concessão do abono permanência, que valerá pelo período de 12 meses, podendo ser revisto.

Segue a luta contra a PEC 32, a reforma administrativa federal

O presidente da Câmara dos Deputados e apoiador do governo Bolsonaro, Arthur Lira (PP/AL), ainda não conseguiu consolidar os votos necessários para colocar em votação a proposta de reforma administrativa federal (PEC 32).

Temos que aumentar a pressão nas ruas, nas redes e no Congresso. A um ano das eleições de 2022, o recado aos parlamentares é um só: quem votar contra os direitos do povo brasileiro, não volta.

Acesse

<https://napressao.org.br/campanha/nao-a-reforma-administrativa>

e pressione as/os deputadas/os.



No verso, confira os nomes dos 50 inimigos do funcionalismo



SAIBA QUAIS FORAM OS DEPUTADOS QUE VOTARAM A FAVOR DO **PLC 26**

Parlamentar	Partido	Voto
FERNANDO CURY	CIDADANIA	Sim
L ROBERTO MORAIS	CIDADANIA	Sim
DANIEL SOARES	DEM	Sim
ESTEVAM GALVÃO	DEM	Sim
L MILTON LEITE FILHO	DEM	Sim
RODRIGO MORAES	DEM	Sim
ROGÉRIO NOGUEIRA	DEM	Sim
L JORGE CARUSO	MDB	Sim
LÉO OLIVEIRA	MDB	Sim
PROFESSOR WALTER VICIONI	MDB	Sim
DANIEL JOSÉ	NOVO	Sim
HENI OZI CUKIER	NOVO	Sim
RICARDO MELLÃO	NOVO	Sim
L SERGIO VICTOR	NOVO	Sim
L ARTHUR DO VAL	PATRIOTA	Sim
ANDRÉ DO PRADO	PL	Sim
DIRCEU DALBEN	PL	Sim
MARCOS DAMASIO	PL	Sim
L RICARDO MADALENA	PL	Sim
THIAGO AURICCHIO	PL	Sim
ATAIDE TERUEL	PODEMOS	Sim
BRUNO GANEM	PODEMOS	Sim
L MARCIO DA FARMÁCIA	PODEMOS	Sim
MURILO FELIX	PODEMOS	Sim
L DELEGADO OLIM	PROGRESS	Sim

Parlamentar	Partido	Voto
TENENTE NASCIMENTO	PROGRESS	Sim
L BARROS MUNHOZ	PSB	Sim
CARLOS CEZAR	PSB	Sim
G VINÍCIUS CAMARINHA	PSB	Sim
ALEX DE MADUREIRA	PSD	Sim
L ANALICE FERNANDES	PSDB	Sim
CARLA MORANDO	PSDB	Sim
P CARLÃO PIGNATARI	PSDB	Sim
CEZAR	PSDB	Sim
DRA. DAMARIS MOURA	PSDB	Sim
MARCOS ZERBINI	PSDB	Sim
MARIA LÚCIA AMARY	PSDB	Sim
MAURO BRAGATO	PSDB	Sim
PATRÍCIA BEZERRA	PSDB	Sim
ADALBERTO FREITAS	PSL	Sim
RODRIGO GAMBALÉ	PSL	Sim
TENENTE COIMBRA	PSL	Sim
L DOUGLAS GARCIA	PTB	Sim
EDSON GIRIBONI	PV	Sim
L MARINA HELOU	REDE	Sim
L ALTAIR MORAES	REPUBLICA	Sim
GILMACI SANTOS	REPUBLICA	Sim
JORGE WILSON	REPUBLICA	Sim
WELLINGTON MOURA	REPUBLICA	Sim
L ALEXANDRE PEREIRA	SOLIDARIE	Sim



Ato do funcionalismo em frente à Alesp na noite de 19/10